

Resenha

Impeachment ou golpe?

Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil / André Singer ... [et al]; organização Ivana Jinkings, Kim Dória, Murilo Cleto. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016, 174 p.(Tinta Vermelha)

RICARDO RAMOS SHIOTA

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi derrubado da Presidência da República por um processo de impeachment no ano de 2016, após 13 anos no poder e eleito por quatro mandatos consecutivos. No entanto, a interpretação e designação desse evento como impeachment ou golpe divide os agentes e os especialistas, tornando-se uma batalha política no plano do estabelecimento de sentido para um evento. Escrito no calor do momento, o livro resenhado foi o precursor de uma crescente bibliografia que discute a queda do governo e as consequências desse evento para a sociedade brasileira. Trata-se do quinto volume da coleção Tinta Vermelha, cujo objetivo é publicar “obras de intervenção e reflexão sobre os acontecimentos atuais” (p. 10), da Editora Boitempo.

Mannheim (1986) ensina que os conceitos estão condicionados pelos interesses dos investigadores, dos grupos, das classes sociais e das forças políticas. As palavras e seus significados são construções coletivas, têm e contêm história e podem servir de meio para

descobrir as mudanças na vida de um grupo, no destino histórico de classes sociais e de toda uma sociedade. Mediante as palavras, grupos e classes sociais expressam formas diferentes e contrapostas de ver e experimentar o mundo. Determinados conceitos políticos são usados como oposição, como resposta a outros conceitos elaborados por grupos sociais e forças sociais antagônicas nas batalhas políticas pela tomada e conservação do poder.

Nesse sentido, golpe tornou-se, no tempo presente, o contraconceito de impeachment, termo usado pelas forças políticas que derrubaram a presidente da República, subtraindo-lhe o mandato, para descrever e justificar o processo de luta política pela tomada do poder desfechado com êxito. O contraconceito golpe, a despeito da recusa por determinadas forças políticas¹, rotinizou-se novamente no vocabulário político contemporâneo, mas portando uma nova semântica relacionada aos meios empregados, conforme o esforço de interpretar o evento político que, subitamente, transformou o Brasil e a imagem internacional do país. E, nos textos coligidos nesse livro, é possível distinguir três dimensões analíticas para avaliar a importância de cada um no conjunto da obra: aquilo que é (diagnóstico), que deverá ser (prognóstico) e aquilo que se quer que seja (normatividade) (KOSELLECK, 2006).

Por que gritamos Golpe? se contrapõe às forças políticas que tomaram de assalto o poder de Estado, mas sem necessariamente se identificar com o governo Dilma e com o PT. Há diversas críticas a esse partido no conjunto dos textos, o que afasta qualquer ideia preconcebida de ser um livro destinado para afiliados ou apoiadores desse partido político. O livro, que contém charges de Laerte, é dividido em três partes — *Os antecedentes do golpe*; *O golpe ponto a ponto*; *O futuro do golpe* —, que reúnem 24 pequenos textos, antecedidas de prólogo e apresentação.

É um caleidoscópio construído numa plataforma de interesses comuns — aspecto positivo, pois reúne perspectivas de agentes situados em posições sociais diversas. Professores, pesquisadores, advogados, juiz, sindicalista, políticos, jornalistas, militantes compartilham a ideia de que houve um golpe de Estado no Brasil em 2016; porém entendem, descrevem, explicam e caracterizam o evento de modos distintos. Assim, o livro está crivado por muitas diferenças e assimetrias no modo de diagnosticar, prognosticar e

¹O conceito de golpe é negado pelas forças apoiadoras e beneficiárias da ruptura institucional. Porém, mesmo no campo das esquerdas, alguns analistas recusam a narrativa do golpe. Apesar de não compactuarem com as forças que tomaram o poder, afastam-se do conceito de golpe porque, *grosso modo*, seria alinhado aos interesses do PT, partido do qual muitos fizeram parte e, hoje, são críticos intransigentes. Essa posição pode ser encontrada em autores que publicaram textos sobre o assunto no site Correio da Cidadania (<http://www.correiodacidade.com.br/>).

normatizar sobre o evento. Soma perspectivas das mais analíticas às mais retóricas ou exclusivamente normativas, critério adotado nessa resenha para julgá-lo e apresentá-lo aos leitores interessados, sem seguir a ordenação dos textos contida no livro.

No **prólogo** de Graça Costa lê-se que o golpe é “contra o povo trabalhador” (p. 10). Ela chama atenção para um aspecto recorrente no conjunto das análises acerca do caráter classista do evento político e como compreendê-lo — aspecto destacado por Ivana Jinkings na **apresentação**, ao apontar a presença dos interesses do rentismo internacional em desmontar o Estado de bem-estar assegurado pela Constituição de 1988 e de interesses que querem restaurar o Estado religioso banido pela República desde a primeira Carta Magna de 1891.

O caráter de classe social do golpe de 2016 é investigado por Marilena Chaui no texto “**A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo**”. Nele, as relações entre classe média e nova classe trabalhadora esclarecem o apoio destas à hegemonia ideológica da classe dominante em torno das bandeiras do neoliberalismo e do conservadorismo. Conforme a autora, uma classe social “não é um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesmo e se transforma por meio da luta de classes. Ela é uma práxis, um fazer histórico” (p. 19). A classe é um agente coletivo em constante transformação, uma forma de inserção econômica e social, que pode ou não desenvolver formas de consciência de seus interesses na luta de classes pelo poder político e econômico.

“**Os atores e o enredo da crise política**”, de Armando Boito Jr., defende que o problema central é o conflito distributivo de classe pela apropriação da riqueza. Prova disso seriam os interesses em jogo da nova agenda política: ajuste fiscal, abertura e privatização da economia, cortes em direitos trabalhistas e sociais. “No início de 2013, o capital internacional e a fração da burguesia a ele integrada iniciaram uma ofensiva política contra o governo Dilma. Devemos denominá-la ofensiva restauradora, porque seu objetivo era restaurar a hegemonia do neoliberalismo puro e duro” (p. 28), diagnostica esse autor.

No texto de Ruy Braga, “**O fim do lulismo**”, argumenta-se que as modificações na estrutura de classes, a hegemonia precária e as contradições do lulismo, além da crise financeira mundial de 2008, teriam radicalizado os conflitos classistas e levado a um golpe de Estado palaciano. O autor prognostica que a implementação das medidas regressivas da agenda golpista “encontrará forte resistência popular e deverá evoluir [...] para uma inédita intensificação das lutas sociais” (p. 60).

Ainda nessa vertente analítica de focar as classes sociais, o texto ***“Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil”***, de Michael Löwy, tematiza as contradições entre democracia e sociedade de classes sociais, sugerindo que a democracia tem se tornado um obstáculo à política capitalista, a qual não exclui a possibilidade de implementar um Estado de exceção. Os golpes de 1964 e de 2016 “revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular” (p. 66).

No texto ***“Resistir ao golpe, reinventar os caminhos da esquerda”***, de Guilherme Boulos e Vitor Guimarães, ambos questionam o sentido do golpe no momento em que o governo petista deu sua maior guinada à direita. Os retrocessos nos direitos e na proteção social indicam se tratar de um golpe contra a classe trabalhadora que, para eles, o governo Dilma “não teria condições de fazer” (p. 140).

A análise centrada nas classes sociais também está presente no texto ***“Por uma frente ampla, democrática e republicana”***, de André Singer, para quem o golpe se beneficiou “das características desmobilizadoras e despolitizantes do lulismo” (p.154) e colocou “a classe trabalhadora numa situação defensiva” (p.151). O golpe tem como agenda política a supressão de direitos conquistados ao longo da República e teve participação da burguesia industrial, que se aliou a outras frações do capital, inclusive o estrangeiro. “Num projeto de longo prazo de transformação do Brasil, a lição que resta é que será necessário contar apenas com forças populares. Serão elas, sozinhas, capazes de produzir a transformação necessária?” (p.155), indaga o autor, ecoando a reflexão de toda uma linhagem de intelectuais que inclui Álvaro Vieira Pinto, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Wania Bambirra e Florestan Fernandes.

Outros textos procuram analisar a qualidade da política e da democracia brasileira.

Luis Felipe Miguel, no texto ***“A democracia na encruzilhada”***, defende que “o golpe de 2016 marca uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985” (p. 32). Após discutir o conceito de democracia, indica os equívocos do PT ao optar pela conciliação com a política tradicional e, ao mesmo tempo, fortalecer os aparatos de controle do Estado, criando as condições objetivas para ser criminalizado e derrubado da Presidência da República — correndo ainda, na atual conjuntura, o risco de ter a legenda cassada por promotores e juízes. Além disso, o autor lembra que o golpe foi sendo preparado aos poucos. Ao longo de anos, foi-se construindo um consenso mediante institutos privados, movimentos sociais financiados por fundações norte-americanas e a ação da grande mídia. Diante do que chama de “democracia limitada”, que fomenta e

direciona a luta política para as instituições, prognostica a necessidade de luta extrainstitucional, para além do jogo eleitoral.

O questionamento da qualidade do regime político brasileiro também aparece no texto **“O triunfo da antipolítica”**, de Murilo Cleto. O desprezo pela política, a sobreposição do espaço privado ao público, a instrumentalização da política pela moral e o anti-intelectualismo são algumas das características da antipolítica, que têm servido como força mobilizadora para a implementação da “ponte para o futuro”. Esse documento do MDB ganhou a simpatia do empresariado e consiste na imposição da agenda neoliberal contrária às cláusulas de bem-estar previstas na Constituição de 1988.

Murilo Cleto prognosticou que a recusa da política institucional tenderia a fortalecer “em seu interior personagens da direita mais reacionária” (p. 48), como Jair Bolsonaro, “o maior representante da antipolítica nacional” (p.48). O ódio à política cria um vazio a ser ocupado por “salvadores da pátria, impostores, moralistas e exterminadores de rostos, multiplicidades, diferenças e intervalos de uma democracia ainda em formação” (p. 48).

Na senda da antipolítica o texto **“Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment”**, de Marina Amaral, analisa as origens e o programa desse movimento. Criado pela Atlas Network, rede de fundações de direita estadunidense, algumas das quais ligadas aos magnatas irmãos Koch, o MBL defende a ideologia do “libertarianismo”, enlatado cultural que mistura a defesa das liberdades individuais com “liberdade absoluta para o mercado, privatizações, Estado mínimo e o fim das políticas públicas distributivas” (p. 50). A aparência de novidade de um movimento liderado por jovens de classe média oculta o sentido reacionário das propostas, entre elas o anti-intelectualismo ou o “novo irracionalismo brasileiro”, expressão de Sérgio Rouanet, presente no projeto Escola Sem Partido.

Marcelo Semer, no texto **“Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do judiciário”**, argumenta que a omissão, em defesa da neutralidade, e o ativismo judicial se tornaram pretextos para suplantar princípios constitucionais, em vez de garanti-los como faz o modelo imitado, o da tradição da Suprema Corte norte-americana a favor dos direitos civis. Semer nota que uma legislação liberal-conservadora se seguiu à Constituição de 1988 e que o golpe de 2016 “abre enorme janela de oportunidades para a desconstrução do modelo democrático que reinventamos após a ditadura militar” (p. 108).

Outro ator importante do golpe é analisado por Mauro Lopes, no texto **“As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático”**. Nele, é ponderado o

protagonismo da grande mídia no sentido de criar o consenso para a derrubada de Dilma e de negar a existência de um golpe de Estado. Todavia, o autor lembra que os governos petistas distribuíram, entre 2003 e 2014, 7,5 bilhões de reais para os grandes veículos de comunicação que se tornaram, em seguida, algozes cotidianos do partido.

Ainda do ponto de vista da qualidade da democracia, o texto **“Uma sociedade polarizada?”**, de Pablo Ortellado *[et. al]*, traça um perfil dos manifestantes favoráveis ou contrários ao impeachment nas manifestações de rua ocorridas em São Paulo e identifica o perfil socioeconômico parecido dos adversários políticos, tanto os favoráveis quanto os contrários à deposição de Dilma, no que concerne a alta escolaridade e baixa presença de jovens. Apesar dessa semelhança, “as manifestações da Avenida Paulista ainda são economicamente mais excludentes que os protestos contra o impeachment, mas as contrárias tampouco representam a distribuição da renda nacional” (p. 160). Na cidade de São Paulo houve uma participação massiva da classe média a favor ou contra o impedimento, mas o grupo de maior concentração de renda familiar, de R\$ 7.880 a R\$ 15.760, estava situado nos 29% dos entrevistados nas fileiras dos favoráveis à destituição forçada da presidente Dilma.

Nesse ponto, percebe-se o enraizamento social dessa luta política na vereda de Mannheim (1986) ao versar sobre o condicionamento social das ideias. Apesar de ter a adesão de indivíduos pertencentes às classes sociais dominadas, o impeachment responde mais aos interesses das classes médias tradicionais e das classes sociais dominantes que marcaram presença nas manifestações da Avenida Paulista contra o PT e não consideram o evento como um golpe.

O livro também colige textos nos quais são analisadas questões pontuais associadas ao processo em curso.

“Uma ponte para o abismo”, de Leda Paulani, contextualiza o documento do MDB lançado em 2015, que consiste no resgate puro da agenda neoliberal, “sem os arroubos sociais dos governos do PT” (p. 74). Essa agenda, para ser bem-sucedida, requer destruir a Constituição de 1988 e “lançar 200 milhões de brasileiros no perigoso vazio da anomia social, da qual o modelo conciliatório anterior tentava escapar” (p. 75).

Gilberto Maringoni, no texto **“Rumo à direita na política externa”**, faz um balanço dessa política nos governos petistas. Afirma que, mantida a proximidade com Washington, houve “atuação desenvolvida na cena global [...] especialmente nas relações com o mundo em desenvolvimento” (p. 79). Todavia, tal como na política interna, o golpe de 2016 representou na política externa uma guinada conservadora, o alinhamento

automático com os interesses dos EUA e a adoção de uma diplomacia condizente com o papel de país subordinado.

Eduardo Fagnani, no texto **“Previdência social: reformar ou destruir?”**, argumenta contra o embuste do *déficit* previdenciário e a favor da necessidade de reformar para aperfeiçoar e não destruir a previdência social, assegurada pela Constituição de 1988. O não cumprimento pelos governos, desde José Sarney (1985-1989), do Orçamento da Seguridade Social (artigo 194) e a apropriação para fins de política econômica das fontes de financiamento da previdência criadas (Cofins e CSLL) fazem com que apenas trabalhadores e empresários arquem com o ônus da previdência, descumprindo o preceito constitucional da participação do Estado. E, apesar disso e de outras subtrações via DRU e desonerações tributárias, a seguridade social é superavitária. Entretanto, nas condições de subdesenvolvimento da sociedade brasileira, a reforma da previdência almejada pela agenda neoliberal pretende aprofundar regras que não existem nem nos países de capitalismo avançado como EUA, Suécia, Alemanha e França.

No que tange aos problemas agrários, o texto **“Os semeadores da discórdia: a questão agrária na encruzilhada”**, de Luiz Pericás, mostra os limites da política agrária de Dilma, “que seguiu o caminho oposto àquele exigido pelos trabalhadores rurais” (p. 100) e aponta como tendência a piora nas relações institucionais entre trabalhadores agrícolas e os que tomaram o poder. O agronegócio tornou-se dependente do capital financeiro e das empresas monopolistas de sementes e de pesticidas, uma economia assentada no extrativismo predatório e voltada para o atendimento de necessidades externas. Os ruralistas atuam como classe social organizada com seus órgãos de interesse, possuem uma agenda política que vai da defesa do modelo econômico latifundiário e monocultor dependente do capital financeiro ao ataque aos movimentos sociais, trabalhadores sem-terra, indígenas e quilombolas.

No texto **“Avalanche de retrocessos: uma perspectiva feminista negra sobre o impeachment”**, Djamila Ribeiro chama atenção para a perda de direitos nos grupos de maior vulnerabilidade social: mulheres e população negra e indígena. Prognostica que, após o golpe de 2016, “a situação dessas populações será ainda mais difícil” (p. 128), o que as tornará agentes da luta política cuja voz e propostas, assentadas na perspectiva da marginalidade social, estão por serem ouvidas e organizadas.

Já o texto de Renan Quinalha, **“Em nome de Deus e da família: um golpe contra a diversidade”**, questiona a cruzada moral e religiosa do golpe de 2016 em nome do conservadorismo dos costumes. O autor pondera que “o impeachment não é apenas o

ponto de chegada do golpe em curso. Ele consiste, na verdade, em seu ponto de partida” (p. 133). Sugere que esse golpe, como um Frankstein, é conjugação de corrupção na forma da autopreservação dos políticos tradicionais, neoliberalismo e conservadorismo, o qual volta-se contra a população LGTBs, contra as diversidades.

O livro também reúne textos menos analíticos, mais normativos ou militantes.

“Por que o golpe acontece?”, de Ciro Gomes, centra a análise no nível dos indivíduos. Pressupõe que alguns políticos teriam o poder de definir, pelas decisões acertadas, os rumos da política brasileira, como se o papel decisivo fosse da vontade, ignorando as condições objetivas. Apesar disso, reconhece que “não havia nenhum motivo legal para a aprovação do impeachment da presidenta Dilma” (p. 41).

Já o texto de Roberto Requião, **“Para mudar o Brasil”**, partindo de uma visão de longa duração e macro, defende um projeto que una o país em torno de “interesses populares nacionais” (p. 94), da “economia de desenvolvimento” e do “pleno emprego” (p. 97). Descartando a “lumpen-burguesia brasileira”, o autor normatiza apontando a necessidade de as forças nacionais, democráticas e populares se unirem para a construção desse projeto para enfrentar o entreguismo e resolver a questão nacional.

O texto **“A luta por uma educação emancipadora e de qualidade”**, de Tamires Gomes Sampaio, faz uma aproximação do projeto “Escola sem Partido” com o golpe de 2016. O golpe visa, no plano moral, resguardar os ideais conservadores e fundamentalistas, “que sempre foram usados para garantir a manutenção do *status quo* social e econômico, consolidando um ensino meramente técnico e despolitizado” (p. 148).

Juca Ferreira, no texto **“Cultura e resistência”**, identifica os interesses econômicos e sociais subjacentes às propostas de extinguir o Ministério da Cultura e desmontar o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), instituição com poder de polícia e autoridade para coibir interesses privados e regular intervenções públicas. O IPHAN choca-se com os interesses privados ligados à especulação urbana e aos interesses do capital.

Por sua vez, Jandira Feghali faz um discurso político no texto **“A ilegitimidade do governo Temer”**, lembrando que “as conquistas democráticas dos últimos 13 anos” (p. 157) ruíram em poucos dias. Como lembra André Singer, a inexistência de uma Consolidação das Leis Sociais (CLS) tornou fácil o trabalho das forças regressistas e conservadoras.

Por último, Lira Alli no texto **“É golpe e estamos em luta”**, com o otimismo da juventude, afirma que “o golpe no Brasil, ao quebrar as travas da institucionalidade carcomida, abre oportunidades e flancos para as lutas e os sonhos” (p. 167).

Enfim, no momento em que as pessoas estão buscando informações para compreender as mudanças em curso, o livro é uma importante fonte a ser consultada, com a facilidade de ser constituído de textos curtos e com linguagem acessível para o grande público.

REFERÊNCIAS

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2006.

MANNHEIM, Karl. O Pensamento Conservador. In. MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 77-134.

Ricardo Ramos Shiota

Bolsista Capes PNPD pelo Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro (Uenf)